

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA: contexto histórico e expansão da oferta

ANTÔNIO DE MACEDO MOTA JUNIOR

Mestre em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Analista Universitário da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: antoniomacedojr@gmail.com

HENDERSON CARVALHO TORRES

Mestre em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).. E-mail: hendersontorres@uol.com.br



Resumo: O trabalho aborda o contexto histórico da educação superior no Estado da Bahia, no que diz respeito a sua origem e expansão. Este estudo exploratório-descritivo, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental para caracterizar o surgimento e a expansão da oferta de ensino superior e das universidades no Brasil, contextualizando a origem dessas instituições na Europa e nas Américas, bem como o surgimento e a expansão de universidades e outras instituições de ensino superior no Estado da Bahia. Os resultados evidenciam uma inserção extremamente tardia das universidades no país, apesar do histórico de ensino superior datado do Brasil Colônia, em um cenário de resistências à criação dessas instituições até o ano de 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro. Os resultados evidenciam também um atraso histórico na oferta federal no Estado da Bahia, que se limitou a capital, entre os anos de 1946 a 2002, com a presença da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Além disso, demonstram a iniciativa estratégica de interiorização com criação do sistema estadual baiano de educação superior, formado por quatro universidades estaduais, a partir da década de 1970 (com surgimento da Universidade Estadual de Feira de Santana, a primeira). Demonstram ainda que, nos últimos anos, houve significativa expansão da oferta pela iniciativa privada no país, a partir do período de ditadura militar, sendo bem mais lenta no setor público, que apesar disso, implantou novas universidades federais no interior do Estado baiano.

Palavras-Chave: Educação Superior; Estado da Bahia; História das Universidades; Universidades Baianas.

Abstract: This research deals with the historical context of higher education in the State of Bahia, with respect to its origin and expansion. This exploratory-descriptive study, using bibliographical and documentary research to characterize the emergence and expansion of the offer of higher education and universities in Brazil, contextualizing the origin of these institutions in Europe and the Americas, as well as the emergence and expansion Universities and other institutions of higher education in the State of Bahia. The results show an extremely late insertion of the universities in this country, despite the history of higher education dating from Brazil Colony, in a scenario of resistance to the creation of these institutions until the year 1920, with the creation of the University of Rio de Janeiro. The results also show a historical delay in the federal supply in the State of Bahia, which was limited to capital between 1946 and 2002, with the presence of the Federal University of Bahia (UFBA). In addition, they demonstrate the strategic internalization initiative with the creation of the Bahia's state system of higher education, formed by four state universities, from the 1970s (with the emergence of the State University of Feira de Santana, the first). They also show that in recent years there has been a significant expansion of private sector offer in the country since the military dictatorship, being much slower in the public sector, which nevertheless has established new federal universities in the countryside of the state of Bahia.

Keywords: Higher Education; State of Bahia; History of Universities; Universities of Bahia.



INTRODUÇÃO

A educação superior alvoreceu há bastante tempo e vem evoluindo, gradativamente, em algumas regiões do mundo de forma mais acelerada e em outras de maneira mais lenta. Por outro lado, é perceptível a olhos mais atentos, que o estabelecimento de instituições de educação superior (IES) em determinadas regiões, especialmente na Europa, favoreceu ao longo do tempo, o desenvolvimento dos países que perceberam essa premissa e atuaram no sentido de estabelecer a educação superior em seu território (ROMUALDO, 2012).

Uma análise do período compreendido entre os séculos XI e XIV, na Europa, demonstra que o continente foi fortemente influenciado pela crise do modelo feudal, além de inúmeras outras crises sociais, políticas e econômicas; e tais eventos influenciaram significativamente na constituição das IES, com a finalidade de atender, principalmente, aos interesses dos burgueses, relacionadas às atividades comerciais e econômicas que começavam a se desenvolver (ROMUALDO, 2012).

No Brasil, as atividades no campo da educação superior iniciaram na Bahia, no século XVI, durante o período colonial. Contudo, a criação de universidades no país deu-se tardiamente, somente em 1920 é que emerge a primeira universidade brasileira (a Universidade do Rio de Janeiro). A história nos revela que a inserção das universidades brasileiras foi tardia, mesmo se comparada com a de países da América Latina.

Nas Américas, o período de colonizações permitiu o surgimento das primeiras universidades nos países povoados pela Espanha ainda no século XVI e pela Inglaterra no século XVIII, em contraste com colonização portuguesa no Brasil, que jamais permitiu o estabelecimento de tais instituições por aqui, em função da estratégia de direcionar as elites brasileiras à universidade de Coimbra em Portugal (ROMUALDO, 2012).

A criação de universidades no Brasil, sempre enfrentou resistência da Coroa Portuguesa e, nesse sentido, todos os esforços empreendidos para a criação dessas instituições foram malogrados, com o intuito de coibir quaisquer sinais de independência cultural ou política da colônia (FÁVERO, 2000).

De acordo com Teixeira (1968), a resistência à ideia da universidade no Brasil revela-se paradoxal, pois essas instituições não foram criadas no período colonial, nem nos períodos monárquicos que mantiveram a relutância. A República continuou essa tradição, estimulando

escolas agrícolas, liceus de artes e ofícios e, posteriormente, o ensino técnico-profissional (TEIXEIRA, 1968).

Desse modo, somente a partir de 1940 foram rompidas as barreiras e a educação superior se expandiu de maneira inesperada, principalmente nas capitais, e, predominantemente, nas regiões Sul e Sudeste do país. Conseqüentemente, diversificaram-se iniciativas de Estados e Municípios com a criação de universidades, para amenizar, principalmente, a ausência da oferta de ensino superior nas regiões interioranas do país (BARBOSA; COSTA; COSTA, 2013).

Nessa perspectiva, o Estado da Bahia conviveu por mais de meio século com apenas uma única universidade da oferta federal, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), instalada na capital (Salvador), desde a sua criação em 1946 até os anos de 2002 e 2005, com a criação da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, respectivamente (FIALHO, 2012).

Sendo assim, Miranda (2013) destaca que a formação do sistema estadual baiano de educação superior começou a se constituir efetivamente, apenas no final da década de 1960, a partir do momento em que o governo do Estado assumiu a responsabilidade pela criação de faculdades isoladas no interior. E, posteriormente, essas faculdades foram agrupadas e deram origem às atuais universidades estaduais baianas (UEBAs).

Portanto, o sistema estadual baiano de educação superior é composto por quatro universidades: a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); a Universidade do Estado da Bahia (UNEB); e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Essas universidades foram criadas é uma iniciativa estratégica de interiorizar a educação superior no Estado da Bahia.

Nesse sentido, este artigo aborda o contexto histórico da educação superior no Estado da Bahia, com o objetivo de caracterizar a origem e a expansão dessa importante área no Brasil, contextualizando com o surgimento das primeiras universidades na Europa e nas Américas, além de contextualizar o surgimento das primeiras instituições baianas de ensino superior e a expansão da oferta no Estado baiano.



SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES NA EUROPA E NAS AMÉRICAS

A universidade é instituição medieval, que tem como finalidades: o ensino articulado com a pesquisa; a formação de profissionais para as diversas carreiras; e a extensão universitária ou cultural. Portanto, essa instituição social forma, de maneira sistemática e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades demandam (WANDERLEY, 2003).

Nesse cenário, o surgimento das universidades na Europa deu-se no final do século XI, mais especificamente em Bolonha, na Itália (1088). A Universidade de Bolonha emerge em um contexto de desenvolvimento e surgimento de outras instituições educacionais episcopais, monásticas e particulares, as quais ensinavam Direito àquela época (SIMÕES, 2013).

Considerada, por alguns historiadores, como a segunda universidade a ser criada, a Universidade de Oxford (Inglaterra, 1096) teve seu início no final do século XI. Por outro lado, outros historiadores consideram a Universidade de Paris (França, 1170), surgida no início do século XII. No século XIII, surgem diversas universidades espalhadas pela Europa, contudo é a partir dos séculos XIV e XV, que acontece uma expressiva expansão dessas instituições por toda a Europa e por outras regiões ao redor do mundo (SIMÕES, 2013).



Tabela 01: Primeiras universidades européias

Universidade	Ano de criação	Cidade	País
Bolonha	1088	Bologna	Itália
Oxford	1096	Oxford	Inglaterra
Paris	1170	Paris	França
Módena	1175	Módena	Itália
Cambrigde	1209	Cambrigde	Inglaterra
Salamanca	1218	Salamanca	Espanha
Montpellier	1220	Montpellier	França
Pádua	1222	Pádua	Itália
Nápoles	1224	Nápoles	Itália
Toulouse	1229	Toulouse	França
Siena	1240	Siena	Itália
Múrcia	1272	Múrcia	Espanha
Coimbra	1290	Coimbra	Portugal
Praga	1348	Praga	República Checa
Viena	1365	Viena	Áustria
Complutense de Madrid	1499	Madrid	Espanha

Fonte: BENINCÁ, 2011.

Ainda nesse contexto, as primeiras universidades instaladas fora do continente europeu surgiram na América Espanhola. A Universidade de Santo Domingo, criada em 1538 (hoje República Dominicana), é considerada historicamente a primeira universidade das Américas (GOMES, 2006; ROMUALDO, 2012).



Tabela 02: Primeiras universidades nas Américas

Universidade	Ano de criação	Cidade	País
Santo Domingo	1538	Santo Domingo	Republica Dominicana
Nacional Mayor de San Marcos	1551	Lima	Peru
Nacional Autónoma do México	1551	Cidade do México	México
Córdoba	1613	Córdoba	Argentina
Harvard	1636	Boston	Estados Unidos
Yale	1701	New Haven	Estados Unidos
Universidade de Havana	1728	Havana	Cuba
Princeton	1746	Nova Jersey	Estados Unidos

Fonte: ROMUALDO, 2012.

De acordo Wanderley (2003), as universidades foram instaladas nas colônias americanas da Espanha desde o início do século XVI, diferentemente de Portugal. Assim, o sistema universitário foi trazido pela metrópole espanhola, criando essas instituições no México, Cuba, Guatemala, Peru, Chile e Argentina etc. Por outro lado, no Brasil, o sistema implantado foi fragmentado em escolas de nível superior (WANDERLEY, 2003).

A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, o ensino superior era ministrado no Brasil nos colégios jesuítas, espalhados pelo país, e tinham como finalidade qualificar as elites agrárias e a classe dominante das metrópoles da colônia, bem como, ao mesmo tempo, alcançar os seguintes objetivos básicos: formar padres para a atividade missionária na colônia, e prover os quadros necessários ao aparelho repressivo-dominante da metrópole (Souza, 1996).



Tabela 03: Cursos superiores criados nos colégios jesuítas no Brasil Colônia.

Curso	Ano da criação	Localização do colégio
Artes	1572	Bahia
Filosofia	1638	Rio de Janeiro
Cursos Superiores	1687	Olinda
Teologia e Artes	1688	Maranhão
Artes	1695	Pará
Filosofia e Teologia	1708	São Paulo
Filosofia e Teologia	1753	Mariana

Fonte: CUNHA, 2002

Cabe destacar que à época de sua expulsão do país, em 1759, os jesuítas já haviam fundado na colônia, cerca de dezessete colégios com alguma modalidade de ensino superior. Entretanto, para aqueles que não se interessavam pelo sacerdócio, o caminho era o das universidades européias, especialmente a Universidade de Coimbra.

Desse modo, o Brasil iniciou tardiamente o processo de instalação de suas primeiras IES, que só vieram a se materializar com a transmigração da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808; o que possibilitou a criação dos primeiros cursos superiores com caráter profissionalizante no país, a saber: o Curso Médico de Cirurgia na Bahia; e, no mesmo ano, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, no Rio de Janeiro (LOPES, 2002).

Ademais, dois anos mais tarde (1810), por meio de uma Carta Régia, foi instituída a Academia Real Militar no Rio de Janeiro, instituição que posteriormente se transformou na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FÁVERO, 2000). Também merece destaque, a criação dos primeiros cursos jurídicos em São Paulo e Olinda no ano de 1828, com o intuito de defender fundamentalmente o estado e não a cidadania (SOUZA, 1996).

Segundo Sampaio (1991), ao longo do período entre a chegada da Família Real ao país, em 1808, e a Proclamação da República em 1889, o sistema de ensino superior no Brasil, se desenvolveu lentamente, em compasso com rasas transformações econômicas e sociais da sociedade brasileira. E o propósito do sistema era assegurar um diploma profissional de nível

superior que propiciava ao seu detentor, o acesso a posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente, além de assegurar o devido prestígio social (MARTINS, 2002).

No período seguinte, que compreende os anos de 1890 até 1910, houve um processo mais dinâmico, quando foram criadas 27 escolas superiores: sendo nove de Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia; oito de Direito; quatro de Engenharia; três de Economia e três de Agronomia (CUNHA, 2010).

A independência do Brasil não mudou esse cenário. Os dirigentes da época não vislumbravam vantagens na criação de universidades, prevalecendo o modelo vigente de formação profissional superior em faculdades isoladas. Mesmo a despeito de diversos projetos para criação de universidades serem apresentados ao longo do período monárquico brasileiro, merecendo destaque para dois desses, em particular: na ocasião da constituinte de 1823 e às vésperas da proclamação da república em 1889. Ambos foram aprovados pela assembleia, porém, inutilmente; no primeiro caso, D. Pedro I dissolveu a constituinte e no segundo, D. Pedro II caiu com o Império antes de homologar a decisão parlamentar (SAMPAIO, 1991).

A República continuou a tradição de resistência, pois os líderes políticos da Primeira República (1889-1930) consideravam a universidade, uma instituição medieval e moldada às demandas do Velho Continente, ou seja, era antiquada e obsoleta às necessidades do Novo Mundo (OLIVEN, 2002).

De acordo com Cunha (2010), a primeira universidade criada no Brasil, objetivamente com essa nomenclatura, foi a Universidade de Manaus, no estado do Amazonas, em 1909. Essa instituição contava com cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, além de cursos de formação de oficiais da Guarda Nacional. Entretanto, com o declínio na exploração da borracha, em 1926, restou apenas a Faculdade de Direito, que posteriormente foi incorporada à Universidade Federal do Amazonas no ano de 1962.

A Universidade do Rio de Janeiro foi a primeira instituição brasileira que se firmou efetivamente como tal, sendo criada pelo Estado brasileiro com chancela governamental, que conferia segurança e validade aos seus diplomas em todo o território nacional, em 1920 (BOAVENTURA, 2009). Vale destacar que, na visão de alguns estudiosos, a motivação principal para a criação dessa universidade, teria sido a necessidade diplomática de conceder o título de doutor *honoris causa* ao rei da Bélgica em visita ao país (SOUZA, 1996).



Em 1927, o governo do Estado de Minas Gerais criou a Universidade de Minas Gerais, utilizando-se do critério da aglutinação das faculdades de Engenharia, Medicina, Odontologia e Farmácia de Belo Horizonte. Diferente da Universidade do Rio Grande do Sul, que se estabeleceu a partir da Escola de Engenharia de Porto Alegre, que em 1928, possuía 11 institutos ligados à formação de engenheiros e químicos (SOUZA, 1996).

A Universidade de São Paulo surge em 1934, a partir da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com orientação própria e grande autonomia. Teve seu início marcado pela resistência das elites paulistas ao governo central no Rio de Janeiro (SAMPAIO, 1991). Segundo Lopes (2002, p. 77), a “USP trouxe um vendaval de renovação, tendo como peça fundamental a contratação de Professores na Europa”.

Entre os anos de 1931 e 1945 do governo Vargas, teve lugar uma intensa disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação no país. Em busca de apoio ao regime, o governo ofereceu à Igreja a introdução do ensino religioso, facultativo no ciclo básico da educação, o que acabou ocorrendo de fato a partir de 1931. Entretanto, as ambições da Igreja Católica eram ainda maiores e isso culminou com a iniciativa da igreja em criar as suas próprias universidades na década seguinte (MARTINS, 2002).

Em 1935, Anísio Teixeira inicia as discussões para a necessidade de se constituir uma nova universidade brasileira, que não fosse apenas um ajuntamento de faculdades, mas sim, um centro de debates livres de ideias. O que foi duramente combatido pela chegada da ditadura do Estado Novo, em 1937 (ROMUALDO, 2012).

De acordo com Fávero (2000), graças aos esforços de Anísio Teixeira, foi fundada no Rio de Janeiro, em 1935, a Universidade do Distrito Federal (UDF) e, apesar de ter existido por um período inferior a quatro anos, marcou significativamente a história da universidade no país, pela forma criadora e inovadora com que a experiência se desenvolveu. Cabe à observação que, desde o início de suas atividades, mesmo enfrentando grandes obstáculos, essa instituição se apresenta “não somente com uma definição precisa e original do sentido e das funções da universidade, mas também prevê os mecanismos que se fazem necessários, em termos de recursos humanos e materiais, para a consecução de seus objetivos” (FÁVERO, 2000, p. 25).

A partir de 1945, o ensino superior no Brasil passou a ser constantemente criticado em função de uma nova ideologia desenvolvimentista instalada no país, que acabou por impulsionar a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em 1947, no Rio de Janeiro e, posteriormente, transferido para São José dos Campos, em São Paulo (SOUZA, 1996).



Em 1961, a Universidade de Brasília (UnB) foi criada, a partir de um projeto capitaneado por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, logo após a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília. A UnB foi concebida dentro de um projeto integrado, moderno e voltado à investigação científica, constituindo-se como a universidade mais moderna do país naquele momento (BOTONNI *et al*, 2013). Entretanto, segundo Souza (1996), a reforma universitária, produzida pela ditadura militar em 1968, interveio nessa universidade, que acabou por abortar a implantação de seu projeto inovador.

A reforma universitária de 1968 propiciou uma significativa expansão do ensino superior no país, além estabelecer a inserção de incentivos à pós-graduação articulada à carreira docente e instituir algumas linhas de financiamento às pesquisas científicas e tecnológicas, principalmente nas universidades públicas, que possuíam maior representação até aquele momento. Contudo, no decorrer da década de 1980, surge um número expressivo de instituições privadas; fenômeno intensificado ainda mais na década de 1990, promovendo uma completa mudança no panorama do ensino superior no país (PIMENTA, 2007).

Dentre as várias distinções constantes na educação superior do Brasil, quando se observa as categorias do ensino público e privado, uma instituição pode se diferenciar de outra em muitos aspectos formais. A partir da natureza institucional ou administrativa, as IES podem classificar-se como: universidades, centros universitários, faculdades integradas ou estabelecimentos isolados. E na questão da dependência administrativa, elas podem ser públicas (federais, estaduais e municipais), privadas ou confessionais (MIRANDA, 2013).

As últimas décadas foram marcadas por forte expansão do setor privado na educação superior brasileira, em detrimento de redução ainda que relativa no setor público, que cresceu em ritmo bem mais lento. O quadro das esferas administrativas de vínculo institucional (Tabela 04), na última década, demonstra certa distância das necessidades educacionais da sociedade, o que oferece espaço para a iniciativa privada.



Tabela 04 - Evolução do Número de IES no Brasil segundo a Categoria Administrativa – 2005-2014

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2005	2.165	97	75	59	1.934
2006	2.270	105	83	60	2.022
2007	2.281	106	82	61	2.032
2008	2.252	93	82	61	2.016
2009	2.314	94	84	67	2.069
2010	2.378	99	108	71	2.100
2011	2.365	103	110	71	2.081
2012	2.416	103	116	85	2.112
2013	2.391	106	119	76	2.090
2014	2.368	107	118	73	2.070

Fonte: BRASIL/MEC/INEP.

Além do aumento significativo no número de IES nos últimos anos, destaca-se, sobremaneira, o quantitativo de cursos superiores no país (Tabela 05), principalmente no setor privado, a fim de atender uma demanda crescente da sociedade.

Tabela 05 – Evolução do Número de Cursos* de Graduação no Brasil por Categoria Administrativa – 2005-2014

Ano	Total de Cursos	Federal	Estadual	Municipal	Total Pública	Total Privada
2005	20.407	2.449	3.171	571	6.191	14.216
2006	22.101	2.785	3.188	576	6.549	15.552
2007	23.488	3.030	2.943	623	6.596	16.892
2008	25.366	3.460	2.933	660	7.053	18.313
2009	28.671	4.647	3.245	736	8.628	20.043
2010	29.507	5.326	3.286	633	9.245	20.262
2011	30.420	5.691	3.359	783	9.833	20.587
2012	31.866	5.978	3.679	1.248	10.905	20.961
2013	32.049	5.968	3.656	1.226	10.850	21.199
2014	32.878	6.177	3.781	1.078	11.036	21.842

Fonte: BRASIL/MEC/INEP.

*De 2005 a 2007, somente cursos presenciais. De 2008 a 2014, todos os cursos (presenciais e a distância).



Chama atenção também, o crescente número de faculdades isoladas, em detrimento do número de Universidades e Centros Universitários no Brasil, o que estimula a reflexão que há uma priorização do ensino em detrimento da pesquisa científica, tão importante para o desenvolvimento do país, conforme se observa na Tabela 06:

Tabela 06 – Evolução do Número de IES no Brasil segundo a Organização Acadêmica – 2005-2014

Ano	Total	Universidade	Centro Universitário	Faculdade	IF e CEFET
2005	2.165	176	114	1.842	33
2006	2.270	178	119	1.940	33
2007	2.281	183	120	1.945	33
2008	2.252	183	124	1.911	34
2009	2.314	186	127	1.966	35
2010	2.378	190	126	2.025	37
2011	2.365	190	131	2.004	40
2012	2.416	193	139	2.044	40
2013	2.391	195	140	2.016	40
2014	2.368	195	147	1.986	40

Fonte: BRASIL/MEC/INEP, 2014.

Segundo Cunha (2002), as inúmeras transformações ocorridas no sistema de educação superior no país, durante as últimas décadas, fazem parte de um processo de modernização da sociedade que atinge vários países, quando os segmentos médios da sociedade tornam-se significativos e os sistemas educacionais não conseguem atender a essa nova demanda, em função de suas limitações estruturais.

Assim, esse movimento de busca das universidades por parte dos jovens oriundos de famílias sem tradição em instrução superior, ou mesmo de adultos em busca de melhores oportunidades profissionais, cria um fenômeno que impulsiona fortemente o crescimento da educação superior no país (CUNHA, 2002).



A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA

A oferta de educação superior no Brasil se iniciou de forma isolada em 1550, na Bahia (sede do governo geral). Foram criados 17 colégios pelos jesuítas no Brasil e que não tinham como finalidade exclusiva a de formar sacerdotes. Assim, esses colégios ofereciam o ensino das primeiras letras, o ensino secundário e, em alguns, o ensino superior em Artes e Teologia (CUNHA, 2010).

Nesse sentido, um fato importante na questão da história da educação superior na Bahia foi a criação da Escola de Cirurgia, no Hospital Militar da Bahia, de acordo com a carta régia de 18 de fevereiro de 1808, que em 1815, foi transformado em Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia e em 1832 passou a contar com a denominação de Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro (BOAVENTURA, 2009). O Quadro 1 apresenta a evolução de algumas das primeiras instituições de ensino superior (IES) no território baiano.

Quadro 01: Evolução das IES na Bahia

Instituição	Ano da criação	Situação atual
Seminário Maior da Arquidiocese de São Salvador da Bahia	1815	Instituto de Teologia da Universidade Católica de Salvador (UCSal)
Academia de Belas Artes	1877	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Imperial Instituto Baiano de Agricultura	1877	Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)
Faculdade Livre de Direito da Bahia	1891	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Escola Politécnica da Bahia	1896	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Escola de Comércio	1905	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	1940	Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Fonte: Boaventura, 2009.

Ademais, a constituição da Universidade da Bahia se concretizou em 1946, com a incorporação da Escola de Cirurgia (com os cursos de Farmácia e Odontologia), da Academia de



Belas Artes, da Escola Livre de Direito e da Escola Politécnica, sendo acrescidas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1950, a mencionada instituição passou pelo processo de federalização transformando-se na atual UFBA, instituição de enorme importância para o processo de amadurecimento e desenvolvimento do Estado da Bahia (MIRANDA, 2013).

Quadro 02: Evolução histórica dos cursos que deram origem a UFBA

Cursos	Ano da criação
Escola de Belas Artes	1877
Faculdade Livre de Direito	1891
Escola Politécnica da Bahia	1897
Escola de Comércio	1905
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	1940
Biblioteconomia	1942

Fonte: Miranda, 2013.

Segundo Fialho (2011, p. 87), a Bahia é “exemplo antológico”, quando afirma que “foram cerca de 60 anos com uma única universidade federal (de 1946, com a UFBA, a 2002 e 2005, com a criação da UNIVASF e UFRB, respectivamente)”, enquanto que em outros estados o acesso à educação superior foi ampliado pela rede federal.

A criação das UEBA's efetivou-se “pelo critério tradicional de reunião de faculdades isoladas”, com exceção da UEFS, que surgiu estruturada em departamentos e sob a forma de fundação no ano de 1970, absorvendo a Faculdade Estadual de Educação de Feira de Santana, existente desde 1968 (BOAVENTURA, 2009, p. 57).

Segundo Midlej (2004), as UEBA's estruturaram-se a partir da aglomeração de escolas superiores isoladas pré-existentes. Ainda que tenham sido criadas em momentos distintos, todas elas apresentavam características comuns, oriundas das escolas que as precederam, com foco na formação de professores.

Nesse sentido, Boaventura (2009) destaca que, da década de 1960 em diante, a partir das Faculdades de Formação de Professores, em 1968 até os anos 1990, quando foi criada a Universidade Estadual de Santa Cruz (em 1991), originou-se o sistema estadual de educação superior com o intuito de responder às enormes demandas por ensino superior, cujos recursos financeiros e orçamentários são provenientes do Governo do Estado da Bahia.



Quadro 03: Evolução histórica das universidades públicas no Estado da Bahia.

Universidades	Ano da criação	Categoria Administrativa
Universidade Federal da Bahia	1946	Federal
Universidade Estadual de Feira de Santana	1970	Estadual
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	1980	Estadual
Universidade do Estado da Bahia	1983	Estadual
Universidade Estadual de Santa Cruz	1991	Estadual
Universidade Federal do Oeste da Bahia	2006	Federal
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	2005	Federal
Universidade Federal do Sul da Bahia	2013	Federal

Fonte: Miranda, 2013.

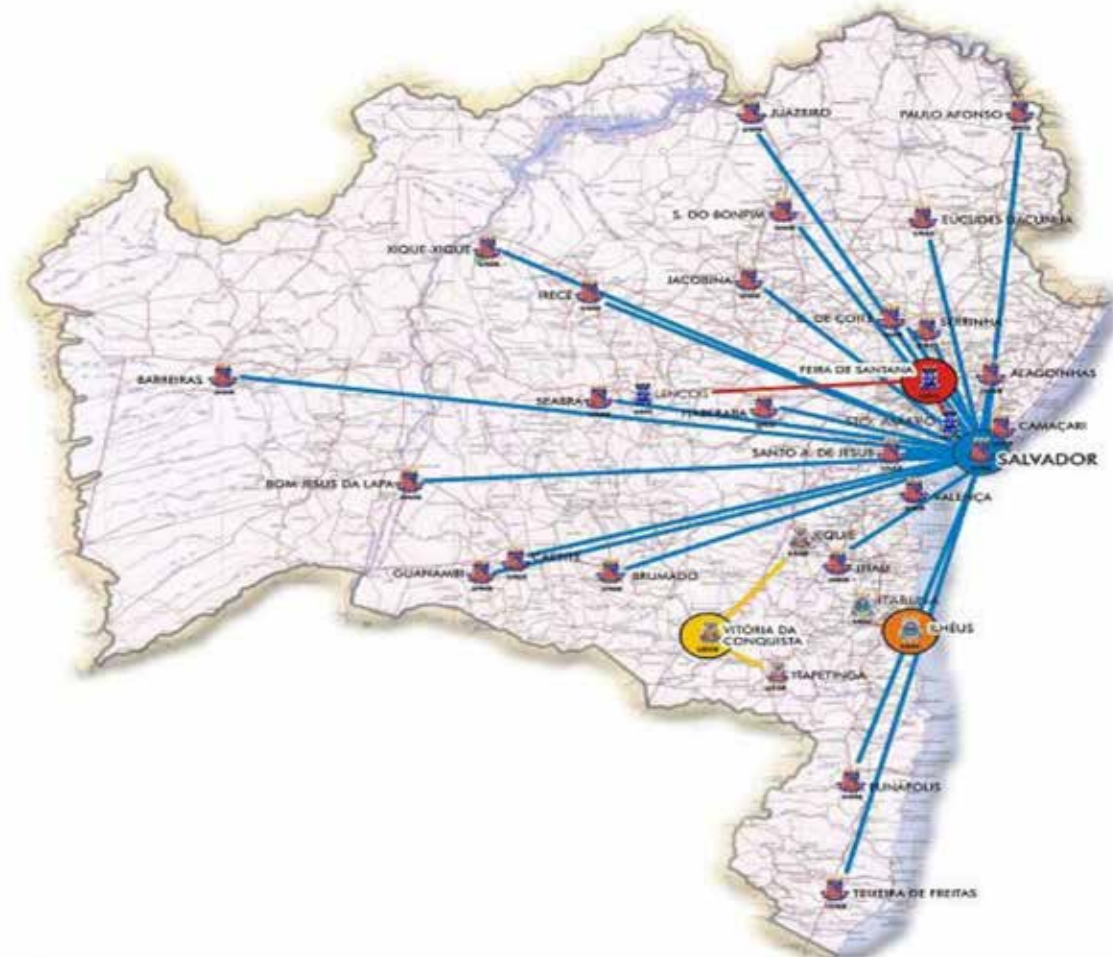
Conceição e Dourado (2012) corroboram que de fato, a educação superior em instituições públicas estaduais na Bahia, é fruto de iniciativas recentes e apresentam como marco inicial a criação da UEFS no ano de 1970, posteriormente, passaram a compor o sistema estadual de educação superior, a saber: a UESB (em 1980), a UNEB (em 1983) e a UESC (em 1991).

Já, segundo Cunha (2002), a educação superior na Bahia percebe os efeitos da crise econômica no Brasil durante as décadas de 1980 e parte dos anos 1990, mais especificamente na questão relacionada à falta de financiamento das instituições públicas federais, além das transformações do mercado de trabalho, em função do modelo econômico adotado no país.

Nesse contexto, Rocha (2013) afirma que o resultado das ações do estado no sentido de resolver as questões relativas à crescente demanda por educação superior, foi atribuir às suas quatro universidades estaduais que se encontravam situadas em diferentes regiões do Estado (Figura 1), a missão de contribuir com o desenvolvimento da sua região de abrangência. A UNEB atuando em vinte e quatro municípios, a UESB atuando em três municípios (Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga), a UESC por sua localização, atuando nos municípios de Ilhéus e Itabuna, e a UEFS no município de Feira de Santana.



Figura 01: Mapa representativo da presença das UEBA's no Estado da Bahia.



Fonte: Miranda, 2013.

Boaventura (2009) destaca que as UEBA's estão presentes em praticamente todo o território baiano e formam professores para os sistemas de educação estadual e municipal, além de outros profissionais qualificados para a sociedade. Além disso, as suas respectivas unidades estão localizadas estrategicamente em municípios, centros regionais onde estão concentrados professores, especialistas, técnicos administrativos e materiais, bibliotecas, laboratórios.

Essas universidades baianas propiciam o desenvolvimento do ensino superior, da pesquisa científica, e as mais variadas atividades comunitárias. As UEBA “representam ilhas da cultura moderna e funcional, no interior, capazes de desencadear a gestão do conhecimento nas diversas comunidades baianas e projetam novas alternativas de formação para o futuro” (BOAVENTURA, 2009, p. 76).

De acordo com Midlej (2004), as UEBA abarcam todas as regiões do Estado (Quadro 04) e, em algumas situações, apresentam inclusive, superposição em regiões onde se observam a presença de mais de uma delas. Visto que a UNEB adotou um modelo de “Universidade Estadual” *multicampi*, com raio de ação e presença em todo o Estado, enquanto as demais adotaram modelo de “Universidade Regional”, com atuação restrita às suas respectivas regiões geoeconômicas (considerando UEFS e UESC, como instituições *unicampus*, e a UESB, como uma instituição *multicampi*); porém restrita à sua região de abrangência. Tal configuração propiciou à UNEB uma atuação diferenciada nas diversas regiões, conferindo a ela, uma participação mais significativa nas regiões fora do raio de ação das demais Instituições Estaduais.

Quadro 04: Universidades Estaduais presentes e atuantes no Estado da Bahia

Instituição	Proveniência	Ano	Localização
UEFS	Fundação Universidade de Feira de Santana	1970	Feira de Santana
UESB	Fundação Educacional do Sudoeste	1980	Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga
UNEB	Superintendência do Ensino Superior do Estado da Bahia – SESEB Centro de Educação Técnica do Estado da Bahia – CETEBA	1983	Salvador (sede) e diversos municípios (24 <i>campi</i>)
UESC	Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna – FESPI	1991	Rodovia Ilhéus-Itabuna

Fonte: Midlej, 2004, p. 118.

A importância das UEBA para a educação superior no Estado da Bahia pode ser constatada analisando-se dados do Relatório Anual de Governo do Estado (RAG) em comparação com dados do Censo da Educação Superior (CES) do ano de 2013. Segundo dados do RAG 2013, o número de matrículas em cursos de graduação presenciais (oferta regular) das UEBA foi de 43.898 estudantes matriculados (Tabela 1).

Já, o número de matrículas em cursos de graduação presenciais de todas as universidades estaduais foi de 480.461 estudantes matriculados (BRASIL/MEC/INEP, 2013). Isso significa que as quatro universidades baianas são responsáveis por 9,14% das matrículas num total de 37 universidades estaduais no país. É importante frisar que as regiões Sul e Sudeste são responsáveis por 52% das matrículas em cursos de graduação presenciais e contam com 15 universidades estaduais, ou seja, 40,5% do total (ABRUEM, 2013).

Tabela 1 – Número de matrículas em cursos de graduação (presencial regular) e pós-graduação *stricto sensu* das UEBA's em 2013.

UEBA's	Número de Matrículas em Cursos	
	Graduação	Pós-Graduação
UEFS	7.803	689
UESB	8.543	735
UESC	7.905	635
UNEB	19.647	329
Total	43.898	2.388

Fonte: Bahia/Seplan, 2013.

Outras importantes instituições pertencentes à administração pública, presentes no Estado da Bahia, são: a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), instituída em junho de 2013, com sede na cidade de Barreiras, e campi nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Barra, Santa Maria da Vitória e Luís Eduardo Magalhães; a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), criada em julho de 2005, por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com sede e foro na cidade de Cruz das Almas e unidades instaladas nos municípios de Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus; e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), que iniciou suas atividades a partir do ano de 2013, nos municípios de Itabuna (onde se encontra sua Reitoria), além de Porto Seguro e Teixeira de Freitas, funcionando na modalidade *multicampi* (UFSB, 2016).

De acordo com Rocha (2013), a partir da década de 1980, ocorreu uma enorme expansão de instituições privadas oferecendo ensino superior no Estado da Bahia. Inicialmente na capital e, posteriormente, no interior do Estado, motivado em grande parte, pela percepção de oportunidade de negócios, com o crescimento da população e a nova demanda por educação superior. E neste sentido, surge a Escola Superior de Estatística da Bahia (ESEB), a Escola Bahia de Medicina, a Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia (FACCEBA), a Faculdade de Educação da Bahia

(FEBA), a Faculdade de Ciências Contábeis da Fundação Visconde de Cairu, a Universidade Salvador (UNIFACS), a Faculdade Ruy Barbosa (FRB) e diversas outras instituições.

Atualmente, segundo dados do sistema e-MEC do Ministério da Educação do ano de 2016, o Estado da Bahia conta com quatro universidades federais, quatro universidades estaduais, dois institutos federais, duas universidades privadas, dois centros universitários e cento e quatorze faculdades privadas com ou sem fins lucrativos em atividade (BRASIL/MEC, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou o contexto histórico da educação superior no Estado da Bahia, com o objetivo de caracterizar a sua origem e expansão, contextualizando com o surgimento das primeiras universidades na Europa e nas Américas, como também o surgimento das primeiras instituições baianas de ensino superior e a expansão dessa oferta no Estado baiano.

Nesse contexto, a história nos revelou uma inserção extremamente tardia das universidades no Brasil (iniciada somente em 1920 com a Universidade do Rio de Janeiro), em oposição ao surgimento da primeira universidade na Europa (Universidade de Bolonha, em 1088) e nas Américas (Universidade de Santo Domingo, em 1538).

Além disso, a educação superior no país é caracterizada pela forte resistência à criação das universidades, desde o período do Brasil Colônia até a Primeira República. Dessa forma, somente a partir de 1940 é que a educação superior se expande significativamente, rompendo-se as barreiras, caracterizada, principalmente, pela união de faculdades pré-existentes, com exceção da UnB (primeira a não ser criada nesse modelo).

No Estado da Bahia, emerge a UFBA (também pela reunião de escolas e faculdades pré-existentes) em 1946, instalada na capital, Salvador; sendo que, por mais de meio século, foi a única universidade da oferta federal de educação superior a atuar em território baiano (do seu surgimento até os anos de 2002 e 2005, com a criação da UNIVASF e UFRB, respectivamente).

A partir do final da década de 1960, o governo do Estado assume a responsabilidade pela criação de faculdades isoladas no interior, que posteriormente foram agrupadas, dando origem ao sistema estadual baiano de educação superior, formado por quatro universidades: UEFS (em 1970), a UESB (em 1980), a UNEB (em 1983) e a UESC (em 1991).



No Brasil, as últimas décadas foram marcadas por forte expansão do setor privado, principalmente a partir do período de Ditadura Militar, enquanto que a expansão no setor público foi bem mais lenta. Assim, apesar do histórico atraso na inserção das universidades no país, os números demonstram uma importante evolução na expansão da educação superior.

Em território baiano, as últimas décadas foram marcadas também por uma expansão dessas instituições, bem como pela criação de mais duas universidades federais (UFOB e UFSB), além da expansão do ensino superior privado no Estado, com a presença de diversas faculdades isoladas e centros universitários.

REFERÊNCIAS

ABRUEM – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS. **Proposta de participação do governo federal no financiamento das universidades estaduais e municipais**. Brasília: ABRUEM, 2013. 19p.

BAHIA. Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN. **Relatório Anual de Governo-RAG**: exercício de 2013. Volume 1. Salvador: Bahia/SEPLAN, 2013. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/2012/12/Vol_I_WEB.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2016.

BARBOSA, Francisco Vidal; COSTA, Alexandre Marino; COSTA, Danilo de Melo. Financiamento Público e Expansão da Educação Superior Federal no Brasil: o REUNI e as Perspectivas para o REUNI 2. **Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 106-127, jan. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/download/1983-4535.2013v6n1p106/23989>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

BENINCÁ, Dirceu. **Universidade e Suas Fronteiras**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

BOAVENTURA, Edivaldo. M. **A construção da Universidade Baiana: Origens, Missões e Afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BOTONNI, Andrea; SARDANO, Edélsio de Jesus; FILHO, Galileu Bonifácio da Costa. Uma Breve História da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. **Gestão Universitária: Os caminhos para a excelência**. Sonia Simões Colombo (org.). Porto Alegre: Penso, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Portal do INEP. **Censo da Educação Superior 2013**. Brasília: Brasil/MEC/INEP, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação – MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo da Educação Superior 2014**. Brasília: Brasil/MEC/INEP, 2014. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

_____. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. **Sistema e-MEC**. Brasília: BRASIL/MEC, 2016. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

CONCEIÇÃO, Sérgio Henrique; DOURADO, Gilson Barbosa. Um estudo baseado na percepção dos egressos do ensino superior em instituições públicas estaduais da Região Metropolitana de Salvador (RMS): Fatores norteadores de Políticas Públicas. In: Ivan Luiz Novaes; Cláudia da Mota Darós Parente. (Org.). **Múltiplos Olhares sobre Avaliação, Política e Gestão Educacional**. 1. ed. Salvador: Eduneb, 2012, p. 45-75.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Greive Cynthia (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CUNHA, Maria Couto. **A Dinâmica dos Fatores Condicionantes da Criação de Cursos de Educação Superior no Estado da Bahia**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, 2002, 215p.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. v. 1.

FIALHO, Nádia Hage. **Educação Superior no Brasil: Universidades Estaduais à deriva?** Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, p. 1-20, 30 out. 2011. Disponível em: <<http://www.uneb.br/gestec/files/2011/10/Artigo-Educacao-Superior-no-Brasil-universidades-estaduais-a-deriva-30out201115.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. **Universidades Estaduais no Brasil: Pauta Para a Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 21, n. 38, p. 81-93, jul./dez. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



GOMES, Eustáquio. **O Mandarin**: História da Infância da Unicamp. São Paulo: Editora Unicamp, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Tradução de Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOPES, J. Leite. A Universidade no Brasil: Evolução e Ação Social. **Revista Adusp**. São Paulo. 2002. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/25/r25a07.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil**: da descoberta aos dias atuais. Acta Cir. Bras. [online]. 2002, vol.17, supl.3, p. 04-06. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. **Universidade e Região**: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. 2004. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA. 273p.

MIRANDA, Marta Rosa Farias de Almeida. **Investimentos públicos diretos em educação superior na Bahia: um estudo de caso sobre o sistema estadual de educação superior da Bahia**. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação). Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 229p.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria S. A. (org.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2002.

PIMENTA, Lídia. Boaventura. **Processo Decisório da Universidade Multicampi: Dinâmica dos Conselhos Superiores e Órgãos de Execução**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 211p.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, Saulo José dos Santos. **O desenvolvimento da região promovido pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) pelos seus egressos**. 2013. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. Universidade de Salvador, Salvador. 276p.

ROMUALDO, Cláudio. O Ensino Superior e o Cenário do Curso de Administração no Brasil: Uma Análise Crítica. **Revista Empreendedorismo, Gestão e Negócios**, v. 1, n. 1, fev. 2012, p. 105-123.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do Ensino Superior Brasileiro: 1808–1990**. Documento de Trabalho NUPES, 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SIMÕES, Maria Leite. O Surgimento das Universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.22, n.2, p. 136-152, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rteo/article/download/17783/10148>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

SOUZA, José Geraldo de. Evolução Histórica da Universidade Brasileira: Abordagens preliminares. **Revista da Faculdade de Educação**, PUCCAMP, Campinas, v. 1, n. 1, p. 42-58, ago. 1996. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/download/461/441>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.50, n. 111, jul./set. 1968. p. 21-82. Disponível em: <<http://www.bvanisoteixeira.ufba.br/artigos/perspectiva.html>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB. **Histórico**. Itabuna: UFSB, 2016. Disponível em: <<http://ufsb.edu.br/historico/>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

WANDERLEY, Luiz Eduardo Waldemarin. **O Que é Universidade?** São Paulo: Brasiliense, 2003.

